

# BC aponta riscos aos militares

A posição do Banco Central a respeito das medidas econômicas adotadas pela Assembléia Nacional Constituinte, particularmente a fixação do limite máximo de juro real ao ano em 12%, deverá ser expressa hoje, pelo seu presidente, Elmo Camões, e toda sua diretoria, em palestra na Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro. O assunto foi amplamente discutido ontem pela diretoria do Banco Central, em São Paulo, tendo como ponto central a possibilidade de colocação de títulos públicos no mercado com juros superior a 12% ao ano, se patamares nestes níveis forem recomendados para execução da política monetária.

O convite a Elmo Camões é anterior à decisão da Constituinte, mas sua assessoria considerou a ESG o palco ideal para que o presidente do Banco Central expressasse aí as dificuldades que a inflexibilidade dos juros imporá à colocação de títulos do Governo no mercado, um dos principais instrumentos para regular a liquidez da economia e que conseqüências poderá trazer de forma imediata. As primeiras repercussões já se fizeram sentir na elevação brusca de outros ativos, como o dólar e o ouro. Segundo a assessoria do Banco Central, um dos pontos a serem enfatizados é a impossibilidade de o Banco Central, através da elevação dos juros, inibir a formação de estoques especulativos.

O Banco Central deverá, ainda, insistir na tese de que o tabelamento dos juros não é uma disposição auto-aplicável, ou seja, necessita de uma lei complementar definindo o que seriam juros reais e, eventualmente, estabelecendo di-



Elmo Camões vai hoje a ESG

ferença conceitual entre "juros" e "rendimentos", o que poderia flexibilizar a fixação de taxas para os títulos públicos, sem abrir essa mesma possibilidade para a tomada de recursos e taxas de empréstimos aos consumidores por parte dos bancos. A questão dos juros deverá voltar a debate entre a diretoria do Banco Central e o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, na quinta-feira.

## Reforma bancária

As autoridades econômicas também deverão discutir, até o final da semana, a reforma do sistema financeiro, cuja execução está recebendo pressão contrária de constituintes que enviaram a Mailson da Nóbrega abaixo-assinado com mais de 300 assinaturas, propondo que esta somente se realize

após a promulgação da nova Constituição e através de projeto de lei a ser analisado pelo Congresso Nacional.

O coordenador do projeto de reforma e diretor da área bancária do Banco Central, Wadico Waldir Buchi, deverá comparecer também na quinta-feira à comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados, para expor os planos do Banco Central. A grande preocupação do banco é que, após a promulgação da Constituição e crescimento as campanhas para as eleições municipais, o Congresso entre em "recesso branco", atrasando o programa de reforma que, assim perderia a possibilidade de obter até US\$ 1,5 bilhão de dólares, nos próximos dois anos, a serem concedidos em condições extremamente favoráveis pelo Banco Mundial.

A pressão política, no entanto, cresce significativamente pelo fato de que os partidos estão empenhados em campanhas eleitorais e um dos segmentos mais interessados na reforma, o dos bancários, está mobilizado para o dissídio da categoria, que se dá neste mês, e representam um forte contingente de eleitores estrategicamente distribuídos por todos os pontos do País. Alegam os bancários que a reforma visa a redução do número de empregos para, desta forma, reduzir despesas dos bancos.

Buchi aceita implicitamente a crítica, mas alega que o ganho de eficiência do sistema bancário nacional propiciará a queda dos juros, compondo uma alavanca para o desenvolvimento econômico, o que abriria novas possibilidades de emprego de mão-de-obra fora do sistema financeiro.

Arquivo 28.3.88

JORNAL DE BRASÍLIA

DE SETEMBRO